

# Política de medicamentos em debate

Promovido pela Associação Médica Brasileira, Conselho Federal de Medicina, Febrapharma, Frente Parlamentar da Saúde e Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, aconteceu em São Paulo o seminário "Política Nacional de Medicamentos". A abertura foi realizada no dia 10 de março pelo presidente da AMB, Eleuses Vieira de Paiva, pelo diretor da Faculdade de Medicina da Universidade Estadual de São Paulo, Giovanni Guido Cerri, e pelo presidente do Conselho Diretor da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica, Omilton Visconde Júnior.

"Os diversos segmentos aqui reunidos não apenas possibilitarão um debate amplo sobre a atual política de medicamentos, mas principalmente buscarão soluções", destacou o presidente da AMB, Eleuses Paiva, na abertura do evento.

Diante do auditório lotado do teatro da FMUSP, o primeiro painel do evento discutiu a regulação econômica por parte do Estado. O secretário-executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, ligada à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Luiz Milton Veloso Costa, apresentou o comportamento dos preços reais do setor, comparando os períodos pré e pós-intervenção do governo federal para mostrar a atual estabilidade dos reajustes.

Já a professora de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Maria Cristina Amorim, afirmou que a dificuldade do acesso aos medicamentos é um sintoma da atual política econômica, que provoca concentração de renda e pobreza aguda.



No segundo painel, cujo tema foi legislação sanitária, o pesquisador da Universidade Federal de São Paulo, Elisaldo Carlini, discutiu a venda fracionada de medicamentos, destacando a responsabilidade do governo federal de garantir qualidade e evitar a falsificação. Com a participação especial do ex-ministro da Saúde, Adib Jatene, foi debatida a fiscalização sobre as farmácias de manipulação. O presidente da Anvisa, Claudio Maierovitch Henriques, apresentou os princípios que nortearam as mudanças nas regras para o registro de medicamentos. Ele destacou a parceria com a AMB e as Sociedades de Especialidade na análise e acompanhamento dos produtos. "Já obtivemos importantes contribuições quanto à notificação de efeitos adversos e também na troca de informações entre os diversos agentes do setor, o que tem aumentado a sensibilidade do sistema de farmacovigilância", disse o presidente da Anvisa.

Ainda pela manhã, com a moderação do diretor de Saúde Pública da AMB, Samir Dahas Bittar, o presidente do Instituto de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, João Alziro Herz, fez uma apresentação sobre certificação, área relacionada à metrologia química. Em seguida, o ex-secretário da Receita Federal, Osiris de Azevedo Lopes Filho, discutiu a tributação do setor, sem poupar críticas à Medida Provisória 232/04, que elevaria a base de cálculo do imposto de renda para as empresas prestadoras de serviço. "A sociedade acordou para o castigo tributário e nunca esteve tão mobilizada contra uma Medida Provisória", destacou.

A Lei de Patentes foi debatida, no período da tarde, pelo pesquisador do Instituto de Geociência da Unicamp, Sérgio Paulino, e pelo professor do departamento de Farmacologia da Universidade Federal de Santa Catarina, João Batista Calixto. O gerente de Medicamentos Novos e Pesquisa

e Ensaio Clínicos da Anvisa, Sérgio Nishioka, e o diretor do laboratório de Imunologia do Incor, professor Jorge Kalil, discutiram na sequência a pesquisa clínica. O tema seguinte foi inovação tecnológica, desenvolvido pelo diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, José Fernando Perez, e pelo pesquisador da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto (USP), Sérgio Ferreira.

À noite, foi realizada uma sessão solene com as lideranças dos setores que promoveram o seminário. O presidente da AMB, Eleuses Vieira de Paiva, representou as entidades médicas. A Frente Parlamentar da Saúde contou a participação do seu presidente, deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) e do atual presidente da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, Benedito Dias (PP-AP), representando o presidente da Casa, Severino Cavalcanti (PP-PE). O secretário-adjunto da Saúde de São Paulo, Oswaldo Tanaka, representou o governador Geraldo Alckmin, enquanto o vice-prefeito, Gilberto Kassab, representou o prefeito da capital, José Serra. Além disso, o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumo Estratégico do Ministério da Saúde, Dirceu Barbano, representou o ministro Humberto Costa. Por fim, também participaram da solenidade o diretor da FMUSP, Giovanni Guido Cerri, e o presidente do Conselho Diretor da Febrapharma, Omilton Visconde Júnior, além de diversos deputados e senadores.

## Encontro dos CRMs em Aracaju

O I Encontro Nacional dos Conselhos de Medicina do ano de 2005, realizado em Aracaju, contou com a realização simultânea de reuniões setoriais entre os presidentes, tesoureiros e corregedores do Conselho Federal de Medicina e dos Conselhos Regionais.

Coordenada pelo presidente do CFM, Edson de Oliveira Andrade, a reunião dos presidentes dos CRMs discutiu a proliferação indiscriminada de escolas médicas no País, que vem provocando queda de qualidade no ensino. Também em pauta, foram debatidas a revalidação de Títulos de Especialista e a convalidação dos diplomas de médicos estrangeiros. Outros pontos em destaque na reunião foram a tramitação do Projeto de Lei do Ato Médico e da CBHPM e sua implantação nos Estados. Os presidentes mostraram, ainda, preocupação com a Medida Provisória 232, que aumentaria inaceitavelmente o imposto de renda de profissionais liberais, principalmente dos médicos.

O segundo dia do Encontro foi aberto com uma palestra do deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), que apresentou e defendeu o Projeto de Lei em tramitação na Câmara Federal que dispõe sobre a opção de acomodação particular de pacientes no âmbito do Sistema Único de Saúde. O projeto, de autoria do deputado Francisco Gonçalves (PDT-MG), em seu artigo primeiro, assegura aos usuários do SUS, em caso de internação em estabelecimento privado contratado ou conveniado, optar por acomodação com padrão de conforto diferente do oferecido pelo sistema, bem como atendimento por profissional de sua escolha. Acrescentando que essa opção implica na complementação dos honorários profissionais e das despesas decorrentes da acomodação diferenciada.

Para Rafael Guerra, relator do PL na Comissão de Seguridade Social e Família, o Projeto resgata o princípio constitucional de que o SUS é universal. "A Constituição não fala que o doente deve ser internado em enfermaria",

disse. Segundo ele, a intenção do Projeto é revogar portaria do Ministério da Saúde de 1991, que proibiu acomodação em leitos que não fossem em enfermaria. "Essa portaria foi um dos marcos mais negativos e demagógicos da história do SUS", afirmou. O deputado rebateu as críticas de que pretende criar um "SUS para os ricos" dizendo que o que ocorre hoje é que o sistema vem buscando transformar o SUS em um "SUS pobre, oferecendo serviços de segunda classe". E acrescentou que os sinais evidentes disso estão na criação de casas de parto, na redução da qualidade do ensino médico, nas propostas de qualificação multiprofissional e na tentativa de convalidar automaticamente médicos formados em Cuba. O presidente do CFM, **Edson de Oliveira Andrade**, defendeu que o Projeto é polêmico, mas é importante que a questão seja debatida, inclusive por prever uma melhoria no atendimento do SUS. Representaram a AMB no Encontro o 1º secretário, **Aldemir H. Soares**, e o diretor de Saúde Pública, Samir Dahas Bittar.

